

Comissão aprova Orçamento com mais recursos para governo investir

Substitutivo do relator, com centenas de mudanças na proposta original, foi acolhido pelos integrantes da CMO. Hoje serão apreciados 1.200 pedidos de destaques e na próxima semana a matéria irá ao Plenário do Congresso

Senado dá mais prazo para redução de coeficientes do FPM

Municípios que perderam população poderão ter redução de receita em 10 anos, e não mais em cinco. Projeto irá agora à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 5



A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem o substitutivo do relator, deputado Carlos Melles, à proposta de Orçamento Geral da União para 2000. O substitutivo, que corrige a receita e aumenta os recursos para investimentos, deverá ser votado na próxima semana pelo Congresso.

PÁGINA 6

Comissão volta a se reunir hoje, para votar 1.200 pedidos de destaques oferecidos ao relatório



O presidente da Comissão de Relações Exteriores, José Sarney, e mais seis senadores, entre eles Eduardo Suplicy (E), discutiram com o comissário de Comércio da União Européia, Pascal Lamy (C), uma aproximação do Mercosul com o bloco econômico constituído pelos países da Europa. Página 7

PITTA DEPÕE NA CAE E NEGA QUE ACM TENHA FEITO PEDIDO EM FAVOR DE EMPRESA

PÁGINA 3



Observado por Suassuna (D), o prefeito explicou divergências entre números da prefeitura paulistana e da CPI do Senado sobre os precatórios

CCJ altera projeto que disciplina demissão de servidores

Emenda acolhida pelos senadores na comissão assegura ao funcionário público reprovado nas avaliações funcionais o direito de recorrer da decisão. A proposta será examinada e votada pelo Plenário.

PÁGINA 4

PERDA DE EMPREGO PÚBLICO

O servidor público estável poderá perder o cargo por insuficiência de desempenho se reprovado em avaliação feita por comissão.



Serão levadas em conta a conduta no desempenho das funções, a produtividade, a assiduidade e a disciplina.

Estará sujeito a demissão quem receber dois conceitos negativos sucessivos ou três intercalados, num prazo de cinco anos, após concluído o respectivo processo administrativo.

As normas serão aplicáveis aos funcionários de qualquer um dos Poderes da União, dos estados e dos municípios, exceção feita às carreiras típicas de Estado.



A emenda da CCJ permite recurso do servidor reprovado.

Antonio Carlos espera solução satisfatória para salário mínimo

Presidente do Senado revela que vem debatendo com o governo como chegar a um valor acima do cogitado inicialmente na área econômica

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, revelou ontem que desde o início da semana vem debatendo com o governo a fórmula para elevar o salário mínimo acima dos valores inicialmente cogitados pela área econômica. E admitiu que uma solução satisfatória pode estar próxima. O novo salário mínimo teria um piso, que ele propõe seja algo superior a R\$ 150, e um cronograma de aumentos parcelados que poderia levar essa remuneração para R\$ 180 até o final do ano, a critério dos estados.

— Um piso nacional de R\$ 150 acho pouco, mas um piso acompanhado de aumentos parcelados para chegar aos R\$ 180 até o final do ano, aí acho uma coisa boa. De qualquer forma, vamos esperar para ver o final — disse Antonio Carlos.

O senador acredita que “agora o governo está agindo bem nesse assunto”. E decidiu transferir para a próxima semana o discurso que faria hoje a respeito do tema, a fim de aguardar a conclusão dos entendimentos e o anúncio da decisão. Ele entende que a fórmula cogitada poderá ser “uma



Antonio Carlos Magalhães adiou discurso a fim de aguardar a conclusão dos entendimentos

grande vitória dos que lutaram pelos R\$ 180”. E acrescentou: “Vamos ver como sai; se não sair, direi que não é uma vitória e reclamarei”.

A transferência para os estados da decisão de elevar o mínimo além do piso nacional poderá aumentar as desigualdades regionais em algumas áreas, admitiu Antonio Carlos. “A tendência talvez seja essa, mas apenas em alguns municípios e estados mais pobres”, explicou.

— Mas aí vamos usar o mecanismo do Fundo de Combate à Pobreza nessas áreas mais pobres; por isso não vamos

permitir que o dinheiro da pobreza vá para o aumento do salário mínimo — destacou.

Antonio Carlos lembrou que o piso salarial nacional hoje utilizado na área federal é de praticamente R\$ 300. E disse acreditar que a maioria dos estados — citando nominalmente os exemplos de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco — deverá elevar o mínimo além do piso. Ele enfatizou a importância dos parcelamentos para que se chegue efetivamente aos R\$ 180 e considera “errado ficar preso no piso”. O valor atual do mínimo é R\$ 136.

Valor inferior a US\$ 100 é viável se houver crescimento a cada ano

Ao deixar a sala da Comissão de Assuntos Sociais, onde se realizava ontem audiência pública sobre recursos para hospitais universitários, o senador Antonio Carlos Magalhães disse considerar viável a adoção de um salário mínimo menor do que US\$ 100 neste momento, desde que se assegure ao mínimo, a cada ano, um crescimento maior do que qualquer outro aumento salarial no governo.

Antonio Carlos disse que discutiu o assunto com o presidente Fernando Henrique Cardoso. “Para garantir esse crescimento progressivo, o governo precisará enviar ao Congresso duas matérias: uma medida provisória e um projeto de lei complementar”, observou, ponderando que o governo poderia ser mais generoso e oferecer algo mais do que R\$ 150 para o salário mínimo.

Senador critica transposição de águas do rio São Francisco

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o combate à seca em alguns estados do Nordeste é “inviável”, disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Segundo ele, os responsáveis pelo projeto deverão ser chamados a ressarcir a União pelos prejuízos decorrentes da transposição. Ele informou que a classe política da Bahia, representada em “todos os partidos”, atuará unida para se contrapor à transposição.

CI examina fundo para ampliar telefonia

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado (CI) examina hoje, a partir das 9h30, projeto que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), destinado a financiar parte da instalação de serviços telefônicos em regiões isoladas, no meio rural, nas periferias das grandes cidades e em escolas e bibliotecas. O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), já apresentou parecer favorável ao projeto que, se aprovado, será remetido ao Plenário.

Previsto na Lei Geral de Telecomunicações, o Fust foi idealizado pelo governo para complementar os gastos das empresas de telecomunicações privatizadas na oferta de telefones em áreas onde o investimento não possa ser recuperado “com a exploração eficiente do serviço”. O fundo só bancará parte da implantação do serviço, não havendo previsão de cobrança de tarifas menores.

O fundo será formado com a cobrança de 1% de toda receita bruta das empresas de telecomunicações, dotações do orçamento federal e valores cobrados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na fiscalização e concessão de serviços às empresas. Todo o dinheiro será administrado pela Anatel, sempre de acordo com os planos do Ministério das Comunicações. O projeto determina que as companhias de telefone indiquem nas contas o valor destinado ao Fust. As atuais contas já informam o valor que o usuário paga de ICMS.

Em seu parecer, o senador Roberto Saturnino rejeitou todas as emendas, argumentando com a urgência na cobrança da nova taxa. Caso o Senado faça mudanças, o projeto terá de voltar ao exame da Câmara dos Deputados.

A comissão vota também projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis, para estimular a produção de energias termossolar, fotovoltaica e eólica. O relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), é favorável à aprovação.

Está na pauta, ainda, a criação do serviço de televisão comunitária. O senador Paulo Hartung (PPS-ES), autor da proposta, pretende democratizar a informação, ampliando a radiodifusão comunitária para que seja prestada também em TV. A relatora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), recomenda a aprovação.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h — Preside sessão deliberativa ordinária
12h — Recebe a presidente e a vice-presidente da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais, Elisabeth Villela da Costa e Heloisa Sampaio

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 53/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Botucaraí para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Sul (RS); PDL nº 89/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Temura para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibitinga (SP); PDL nº 100/99, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Imbiara de Araxá para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá (MG); e PDL nº 25/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Vale do Araguaia de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmas (TO).

COMISSÕES

9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: PLC nº 60/99, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); e PLS nº 575/99, altera a Lei nº 9.612/98, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para instituir o serviço de televisão comunitária. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

10h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2011-5, que institui a Taxa de Autorização dos Bingos.

Pauta: Audiência pública com os presidentes das loterias dos estados de Minas Gerais, Márcio Tadeu Pereira, do Rio de Janeiro, Daniel Homem de Carvalho, e do diretor de loterias da Companhia de Desenvolvimento de Santa Catarina, Florindo Testone Filho. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Apreciação do relatório final. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)*

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Pitta nega que ACM tenha feito gestões por empresa

Ao depor na CAE, prefeito de São Paulo considera inverídicas acusações de sua ex-esposa de que o presidente do Senado tenha solicitado, por meio do ex-senador Gilberto Miranda, liberação de pagamento da prefeitura à OAS

O prefeito de São Paulo, Celso Pitta, negou ontem que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, tenha feito gestões, por meio do ex-senador Gilberto Miranda, para que a prefeitura de São Paulo liberasse pagamentos atrasados em favor da empresa OAS.

— Eu nunca recebi qualquer telefonema nesse sentido. Essa conversa nunca existiu e, portanto, são inverídicas as informações dando conta de que o presidente do Senado tenha solicitado a liberação de recursos — disse o prefeito.

Celso Pitta fez essa declaração ao participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). Ele foi convidado para prestar esclarecimentos sobre o processo de refinanciamento da dívida do município de São Paulo com a União, que gira em torno de R\$ 10,5 bilhões.

A audiência pública durou mais de três horas. Pitta afirmou que o refinanciamento das dívidas da capital paulista irá beneficiar as futuras administrações.

— A cidade de São Paulo quer apenas receber tratamento igualitário ao concedido a outros municípios que obtiveram a rolagem da dívida — observou o prefeito.

Pitta contestou os números apre-



Na CAE, senadores ouviram depoimento de Celso Pitta, que compareceu acompanhado de assessores à audiência presidida por Suassuna

sentados pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) referentes à renegociação da dívida do município. Citando dados do Instituto Florestan Fernandes, Suplicy havia informado que a prefeitura não teria como pagar a amortização antecipada prevista, de R\$ 2,1 bilhões, com a venda de ativos do município. Esses ativos, segundo o senador, não valeriam, juntos, mais de R\$ 200 milhões. O prefeito contestou os dados, afirmando que uma auditoria independente concluiu que apenas a empresa de turismo do municí-

pio valeria cerca de US\$ 250 milhões (aproximadamente R\$ 432 milhões).

RELATÓRIO

O relator da matéria na comissão, senador Romero Jucá (PSDB-RR), que também foi o autor do requerimento que resultou no convite a Pitta, informou que determinará uma auditoria e checagem de toda a documentação apresentada pelo prefeito. Ele reconhece que a rolagem é fundamental para a cidade de São Paulo, mas garantiu que o relatório “não será feito a toque de caixa”.

nome de Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Segundo ele, a comissão ficou desgastada após referendar o nome daquela servidora, apesar de estar indiciada pela Justiça, e não tinha condições de pressionar o prefeito.

DENÚNCIA

Durante a reunião, o prefeito acabou falando das denúncias feitas por sua ex-esposa, Nicéa Camargo. Mas, para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), cabe à CAE apenas analisar a rolagem da dívida do município, e não as acusações que envolvem o nome de Celso Pitta. Tebet enalteceu a postura “tranquila e serena” com que o prefeito paulista-

no estava se comportando perante a comissão, apesar de estar sofrendo pesadas acusações de improbidade administrativa e enfrentar uma separação litigiosa.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) disse que o prefeito não estava em julgamento, e sim o refinanciamento da dívida. A líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), apresentou requerimento ao relator solicitando relatórios detalhados à prefeitura paulistana a respeito do pagamento de precatórios.

Depoente atribui diferença no cálculo de precatórios a metodologias distintas

O prefeito Celso Pitta afirmou na Comissão de Assuntos Econômicos que a divergência entre os números apresentados pela prefeitura para a emissão de títulos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e os obtidos pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou o assunto deve-se a metodologias de cálculo diferentes.

Segundo o prefeito, os precatórios foram atualizados por tabela própria do Tribunal de Justiça de São Paulo. Essa tabela, ele disse, leva em conta os expurgos inflacionários implantados em diversos planos de estabilização e inclui juros compensatórios, juros moratórios e pagamento de honorários advocatícios.

Em uma rápida exposição inicial na audiência pública destinada a discutir o refinanciamento da dívida paulistana, Celso Pitta afirmou que a tabela — segundo ele, de uso obrigatório na correção de dívidas no estado de São Paulo — não foi levada em consideração pela CPI dos Precatórios.

O relator da matéria na CAE, senador Romero Jucá, afirmou que apre-

sentará um relatório técnico e isento. Para isso, além de ouvir todos os envolvidos, quer uma auditoria em cada processo para a emissão de precatórios.

O prefeito leu pareceres da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Banco Central, atestando a regularidade na emissão de títulos. Apresentou também uma certidão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), de igual teor. Apenas o parecer do Banco Central apontava que 9,9% dos títulos foram irregulares, porque os precatórios referentes já haviam sido pagos. De acordo com Pitta, a dívida total do município soma R\$ 10,5 bilhões, dos quais quase a totalidade (R\$ 10 bilhões)

refere-se aos títulos públicos.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu que a CAE ouça o procurador-geral da Fazenda Nacional, Carlos Eduardo da Cunha Monteiro, para que ele explique o parecer emitido pelo órgão. O requerimento foi acatado pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Já Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que apresentará projeto de lei pedindo a extinção do TCM-SP, segundo ele “uma excrescência municipal que manda uma certidão dúbica e safada para o Senado”. De acordo com o senador, somente 23,39% dos títulos emitidos pela prefeitura foram efetivamente utilizados para o pagamento de precatórios.



Pitta leu na CAE pareceres atestando a regularidade da emissão dos títulos para pagamento de precatórios

Requião considera caso de São Paulo tão irregular quanto os do PR e de PE

Relator da CPI que investigou emissões irregulares de títulos públicos para o pagamento de precatórios, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) não quis fazer perguntas ao prefeito de São Paulo, Celso Pitta, na audiência pública destinada a discutir o refinanciamento da dívida da capital paulista com a União.

O parlamentar disse que não seria ele quem transformaria Pitta em um bode expiatório “diante da irresponsabilidade total do governo federal” com a indicação de Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Requião afirmou que a diretora “deu um prejuízo centenas de vezes maior que os títulos (emitidos irregularmente) de São Paulo”.

Requião afirmou que a culpa efetiva de Pitta na emissão dos títulos fora demonstrada “com clareza” em seu relatório na CPI, do qual não retirava “uma vírgula”. Para ele, o refinanciamento da dívida do município de São Paulo “é tão irregular quanto os refinanciamentos das dívidas do Paraná e de Pernambuco (já aprovados no Senado) e tão imoral quanto a carta do

presidente da República pedindo a aprovação do nome de Grossi”, que qualificou de desonesta.

— Votarei contra, mas não vejo condições éticas e morais para o Senado recusar o refinanciamento da dívida de São Paulo — disse Requião. Ele propôs que os 22 senadores que votaram na CAE a favor de Grossi aprovem a rolagem da dívida de São Paulo por 30 anos, por considerar que a rolagem por dez anos inviabiliza as finanças da prefeitura paulistana.

Requião leu o versículo 16 do Livro dos Levíticos, da Bíblia Sagrada, que conta a preparação do bode para expiar os pecados. Lamentou que a televisão brasileira exponha as denúncias formuladas contra Pitta por sua ex-mulher, Nicéa Camargo, “de maneira violenta”, sem se lembrar da participação, na emissão dos precatórios irregulares, “de bancos como o Bradesco e o Banespa”.

Manifestando-se surpreso, o prefeito agradeceu a intervenção de Requião, ressaltando apenas que, em sua opinião, todos os títulos para pagamento de precatórios da prefeitura foram emitidos regularmente.

CCJ muda regra para demissão de servidores

Comissão de Constituição e Justiça alterou ontem norma para perda de cargo público por insuficiência de desempenho, aprovando emenda que dá ao funcionário a chance de recurso se for reprovado nas avaliações periódicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) alterou ontem o projeto de lei complementar que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho, ao aprovar – contra parecer do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR) – emenda do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estabelece a possibilidade de recurso para o servidor público reprovado nas avaliações funcionais. A comissão confirmou ainda o parecer contrário do relator a todas as demais emendas de Plenário. A matéria será examinada e votada pelo Plenário.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que pediu a votação da emenda em separado, acredita que, sem assegurar a ampla defesa ao funcionário público, o projeto original poderia ter a sua constitucionalidade contestada. Esse raciocínio foi partilhado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), por entender que, ao não prever a possibilidade do contraditório, “a proposta retrocede ao tempo em que o servidor era demitido sumariamente”.

Jucá, que teve o apoio dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Edison Lobão (PFL-MA), argumentou que o projeto egresso da Câmara já assegura a ampla defesa. Ele criticou a emenda de Alcântara por, na sua visão, ser “inexequível e apresentar aspectos corporativos”.

Alcântara criticou a forma pela qual o governo está conduzindo a reforma do Estado, que foi fragmentada em diversos projetos de lei:

– Da maneira que está, a carreira de Estado e nada é a mesma coisa. Onde está a preocupação de aprimorar o serviço público? – questionou o senador pelo PSDB do Ceará.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), o Código de Ética do Serviço Público já dispõe dos instrumentos necessários para o afastamento de funcionários. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também apoiou a emenda de Alcântara e criticou o projeto do Executivo.

O projeto, já aprovado pela Câmara, regulamenta a reforma administrativa e estabelece que o servidor público estável poderá perder o cargo mediante avaliação feita por comissão, que levará em conta a conduta no desempenho das funções, a produtividade, a assiduidade e a disciplina. Pela proposta, o servidor que receber dois conceitos negativos sucessivos ou três intercalados, num prazo de cinco anos, após concluído o respectivo processo administrativo, poderá ser demitido.

As normas do projeto, segundo o relator, são aplicáveis aos funcionários de qualquer um dos Poderes da União, dos estados e dos municípios. Também são definidas no projeto as carreiras exclusivas de Estado no Poder Executivo, prevendo que no Poder Judiciário, no Tribunal de Contas e no Ministério Público essas carreiras serão definidas em lei, enquanto no Poder Legislativo elas serão estabelecidas por resolução.

Projeto disciplinando produção industrial de cloro é aprovado

Por unanimidade, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO) favorável ao projeto de lei da Câmara que estabelece regras para a fabricação de cloro pelo processo de eletrólise. A proposta, que vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), determina que as empresas produtoras adotem normas de proteção ao meio ambiente e aos trabalhadores.

Segundo Iris, a produção de cloro por eletrólise utiliza mercúrio e amianto, elementos químicos “perniciosos à saúde humana e à natureza quando manipulados

sem o devido controle”. O relator destacou ainda a importância do cloro na economia nacional, sendo empregado no tratamento de água potável, como insumo para a fabricação de medicamentos, fertilizantes, defensivos agrícolas, produtos de PVC, além de ser utilizado pelas indústrias automobilística, têxtil e aeronáutica:

– O projeto abrange aspectos relativos à produção, proteção do meio ambiente e controle da poluição, responsabilidade por dano ambiental, proteção e defesa da saúde, matérias de competência legislativa da União e dos estados – afirmou Iris Rezende.



Na CCJ, senadores emendaram projeto para assegurar ampla defesa ao servidor ameaçado de demissão

CAE aprova empréstimo de US\$ 180 milhões para urbanizar favelas no Rio

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) autorizando o município do Rio de Janeiro a contrair empréstimo no valor de US\$ 180 milhões junto ao BID, para o financiamento parcial do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares, o “Fave-

la-Bairro”. O senador Paulo Souto (PFL-BA) disse que “o empréstimo só foi possível porque as contas do município do Rio de Janeiro estão em dia”.

Nesta mesma reunião da CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foram aprovados os relatórios dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Luiz Otávio (sem partido-PA) sobre a contratação de

dois empréstimos do Brasil junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). Os recursos destinam-se ao Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. Os recursos, que podem chegar até US\$ 8,11 milhões, serão utilizados na aquisição de bens e serviços.

Senadores votam hoje relatório final sobre MP que modifica os fundos constitucionais

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), presidente em exercício da comissão mista destinada a examinar a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, marcou para hoje, às 9h, reunião destinada a discutir e votar o relatório final do deputado Francisco Garcia (PFL-MT) sobre o assunto.

A votação estava marcada para ontem, mas o deputado Ronaldo Caiado, membro da comissão, esclareceu que houve um atraso na elaboração do parecer, porque os documentos contendo as posições da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da bancada do PT, que serão examinados pelo relator, não foram entregues a tempo. A MP já recebeu 170 emendas, muitas delas já consideradas prejudicadas, informou.



Senador Jonas Pinheiro (D), presidente da comissão, convocou reunião para hoje às 9h a fim de apreciar o parecer

Os fundos foram criados pela Constituição de 1988 para financiar setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Pela atual legislação, a União é obrigada a repassar 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para esses programas.

Segundo o deputado Francisco

Garcia, o fundo para o Nordeste está sendo aplicado. No entanto, o do Norte está há 20 meses sem aplicar R\$ 600 milhões que estão disponibilizados para a região. Já o do Centro-Oeste dispõe de R\$ 400 milhões, que também estão parados. “Temos de fazer esses recursos entrarem na economia com urgência”, afirmou.

Aprovados nomes para a Agência Nacional de Saúde Suplementar

O Senado aprovou ontem a indicação de Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida para exercer a função de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com mandato de quatro anos. A votação, secreta, registrou 61 votos favoráveis, quatro contrários e três abstenções.



Artur da Távola

Na mesma sessão, foi aprovada a indicação de Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Júnior para exercer função semelhante, porém com mandato de três anos. O diretor foi aprovado com 59 votos favoráveis, seis contrários e três

abstenções. A decisão agora será comunicada ao presidente da República.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) quis saber a razão dos mandatos diferenciados. Relator das indicações, o senador Artur da Távola (sem partido-RJ) explicou que a duração distinta desses mandatos se explica pelo fato de a Agência Nacional de Saúde Suplementar ainda estar se estabelecendo. Assim, sustentou o relator, seria preciso evitar que, ao final dos seus períodos, os dirigentes saiam todos de uma vez.

Rádios recebem autorizações

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem atos autorizando a Universidade de Taubaté e a Rádio Capital do Vale a executarem serviços de rádio em frequência modulada, respectivamente, nas cidades de Taubaté (SP) e Caçapava (SP).

Na ocasião, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) informou que o PT se abstinha de votar, à exceção do senador Tião Viana (PT-AC), e que o Bloco Oposição estava liberado para votar como quisesse. Ao final da votação, o presidente do Senado, Antonio Carlos

Magalhães, anunciou que os dois atos vão agora a promulgação.

Foram também aprovados requerimentos da senadora Heloísa Helena e do senador Lauro Campos (PT-DF) solicitando providências do Tribunal de Contas da União. A senadora quer que o TCU realize auditoria nos contratos de refinanciamento de dívida firmados entre Alagoas e a União. Lauro Campos quer que o tribunal apresente informações sobre o processo de licitação para a instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).



Durante a discussão em Plenário, o autor do projeto, senador Osmar Dias, lembrou que foram as cidades mais pobres as mais afetadas pelos remanejamentos do Fundo de Participação dos Municípios

Prazo de redução do FPM deverá passar para 10 anos

Projeto de Osmar Dias, aprovado em Plenário, dobra prazo do ajuste do fundo recebido pelos municípios que tiveram perda de população

O Senado aprovou projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) ampliando de cinco para dez anos o prazo para a redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebidos pelas cidades que perderam população até 1997. O projeto – que recebeu 56 votos favoráveis, nenhum contrário e 15 abstenções – vai agora à deliberação da Câmara.

Na ocasião, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que, em novembro de 1999, pediu ao presidente do IBGE informações a respeito do impacto da aprovação desse projeto sobre os municípios que perderam po-

pulação. Ele solicitou à Mesa que a votação da matéria fosse transferida para hoje, para aguardar essas informações, mas não foi atendido.

Quando afirmou que o presidente do IBGE devia ter respeito pelo Senado, enviando as informações solicitadas, Suplicy recebeu o apoio do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que anunciou que também cobrará do IBGE as informações.

O projeto aprovado determina que, ao invés da aplicação escalonada do redutor financeiro, à taxa acumulada de 20% ao ano, conforme transição em vigor, o ajuste do FPM recebido pelos municípios seja feito à taxa

anual acumulada de 10%.

A mudança dobra o período de transição para que as perdas de receitas de 1.800 municípios decorrentes da redução de suas populações até 1997 sejam amortizadas ao longo do tempo; além disso, reescalou o redutor financeiro para que ele seja aplicado à taxa anual acumulada de 10%. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) explicou que foi a Lei Complementar 91/97 que introduziu a revisão anual das quotas-partes dos municípios no FPM, em função da atualização do número de habitantes.

Mais pobres foram os que mais perderam

Autor do projeto, o senador Osmar Dias lembrou que a maioria dos municípios que perderam população são carentes de recursos, visto que geralmente as pessoas migram para cidades de melhor situação econômica.

Ele afirmou que, enquanto a perda de população causa impacto na receita dos municípios pequenos, não é muito relevante no acréscimo de



Osmar Dias: 33% dos municípios foram atingidos pela redução

receita dos municípios que recebem migrantes. O senador sustentou que seu propósito é sobretudo o de desestimular o aumento das desigualdades.

Osmar Dias também informou que, no Brasil inteiro, são 1.800 os municípios que perderam população e que terão, portanto, reduzidos seus coeficientes

de participação no FPM. Isso significa

ca 33% dos municípios brasileiros, situados principalmente no Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Só em Pernambuco, disse ele, dos 133 municípios, 112 terão seus coeficientes reduzidos: – O que queremos é ampliar o prazo de adaptação a essa regra para dez anos. Não estou propondo que os municípios que perderam população não tenham o coeficiente reduzido, mas apenas que se estique o prazo da perda. Porque, senão, estaremos condenando esses municípios a não cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal, argumentou ele.

Discussão mobilizou nove senadores

Nove senadores falaram no debate que antecedeu a votação do projeto. A maioria considerou justa a idéia de Osmar Dias. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento propondo o adiamento da votação para hoje, alegando que o IBGE precisava informar qual o impacto dessa mudança nas cidades que perderam população. O requerimento não foi aprovado.

Insistindo em que o Senado devia aguardar as informações pedidas ao IBGE, Suplicy argumentou que, hipote-

ticamente, o Plenário poderia até estar praticando um ato de injustiça social, ao esticar esse prazo de reescalamento dos coeficientes do FPM. Ele argumentou que apenas com dados concretos e objetivos sobre população o Senado poderia decidir isso.

Ao elogiar o projeto, Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que “o impacto da migração faz o município arcar com prejuízos enormes, visto que a população é reduzida, mas os compromissos da administração municipal, não.”

Álvaro Dias (PSDB-PR) informou que,

nos últimos oito anos, no Paraná, surgiram 176 novos municípios. Com isso, prosseguiu, as cidades que sediavam essas novas unidades da Federação perderam território, população e receita, mas mantiveram os compromissos assumidos pela municipalidade, entre essas, as dívidas.

Também participaram do debate os senadores Carlos Wilson (PPS-PE), Arlindo Porto (PTB-MG), Heloísa Helena (PT-AL), Ademir Andrade (PSB-PA), Hugo Napoleão (PFL-PI) e Sérgio Machado (PSDB-CE).



Teresa Grossi, sabatinada anteontem pela CAE, deverá ter sua indicação apreciada em Plenário na próxima terça-feira

Plenário vota indicação de Teresa Grossi na terça

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que na próxima terça-feira os senadores deverão votar a mensagem em que o presidente da República indica a economista Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Grossi teve o seu nome aprovado na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ACM disse ainda que no dia 29 será votada a proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamen-

to de precatórios judiciais. Aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o texto determina que somente serão pagos débitos provenientes de sentenças já transitadas em julgado, isto é, para as quais não há mais recurso possível.

Hoje serão votadas as renovações de permissão de funcionamento para quatro emissoras de rádio, situadas em Cachoeira do Sul (RS), Ibitinga (SP), Araxá (MG) e Palmas (TO).

Comissão aprova Orçamento 2000 com mudanças

Parecer modifica proposta original do governo elevando previsão de receita e aumentando os gastos com investimentos. Agora, deputados e senadores vão apreciar 1.200 pedidos de destaques para o texto do relator

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem o substitutivo do relator, deputado Carlos Melles (PFL-MG), ao projeto do Orçamento Geral da União para 2000. O parecer recebeu 40 votos favoráveis e 12 contrários na Câmara e dois votos contrários no Senado, dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Tião Viana (PT-AC).

Valadares afirmou que o Bloco Oposição (PT/PDT/PSB) do Senado reconhecia o esforço de Melles, principalmente pela elevação de 50% dos recursos para todos os estados – em comparação ao Orçamento do ano passado – mas não poderia apoiar o relatório por não concordar com o fato de o governo nunca executar o Orçamento aprovado pelo Congresso:

– Esse Orçamento é uma peça de ficção pois o governo não vai cumprir as metas estabelecidas e só vai liberar recursos bem abaixo dos que foram definidos pelo relator, como acontece

todo ano – lamentou Valadares.

Também o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou o trabalho do relator, ao mesmo tempo em que solicitou que os dez pedidos de destaques encaminhados pela bancada de seu estado sejam atendidos. Ele considera que o Amapá foi discriminado (pelo corte de 30% nos valores das emendas apresentadas) em relação aos outros estados com estatísticas semelhantes.

Os deputados e senadores irão agora apreciar 1.200 pedidos de destaques oferecidos ao relatório e, para isso, foi convocada reunião para hoje, a partir das 10h. Ao pedir para votar em destaque alguma emenda, os parlamentares geralmente pretendem restabelecer dotações cortadas pelo relator. Segundo as previsões do presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), as votações deverão ser concluídas ainda hoje no âmbito da comissão, e na semana que vem no Plenário do Congresso.

Parecer de Melles foi elogiado por diversos senadores, inclusive da oposição, que mesmo assim votou contra alegando que o Orçamento nunca é executado pelo governo



Setor	Proposta do governo	Substitutivo do Congresso	Acréscimo
Transportes	2.060,57	3.610,00	1.549,43
Gestão ambiental	395,97	1.079,93	683,96
Saúde	740,54	1.370,37	629,83
Agricultura	408,52	741,58	333,05
Habitação	136,97	422,58	285,62
Urbanismo	13,16	283,70	270,54
Segurança pública	61,46	255,27	193,81
Saneamento	91,89	281,20	189,31
Educação	340,76	464,70	123,94
Comércio e serviços	80,10	181,00	100,90

Em milhões de reais

Relatório aumenta investimentos federais

O substitutivo do deputado Carlos Melles (PFL-MG) aprovado ontem faz centenas de mudanças no projeto orçamentário enviado pelo Executivo ao Congresso, aumentando inclusive os investimentos do governo federal neste ano em R\$ 4,8 bilhões (de R\$ 6,8 bilhões para R\$ 11,6 bilhões). A comissão concordou com a correção de 3,29% que o relator-geral fez na previsão de receitas tributárias.

Com as alterações, o projeto de Orçamento prevê que a União terá uma receita não-financeira este ano de R\$ 236,77 bilhões, enquanto as despesas somarão R\$ 207,45 bilhões. O relatório final mantém um superá-

vit primário (exclui pagamentos de juros e rolagem de dívidas) de 2,6% do PIB, como prevê a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em valores, isso representa R\$ 28,5 bilhões de superávit primário.

O substitutivo de Carlos Melles incorporou 8.353 emendas dos deputados e senadores, que beneficiam milhares de programas e projetos espalhados por todo o Brasil. No total, as emendas movimentam R\$ 5,1 bilhões. Os parlamentares não mexeram nas previsões de despesas do governo com a Previdência Social (R\$ 62,9 bilhões), com pessoal e encargos sociais (R\$ 51,9 bilhões) e com o gasto

bruto de juros (R\$73,3 bilhões).

Foram aumentados os investimentos em quase todos os setores do governo, beneficiando principalmente a área de transportes, que poderá receber no ano R\$ 3,6 bilhões. Na área de transportes, o projeto que mais ganha é o corredor Araguaia-Tocantins, que permitirá a exportação de grãos do Centro-Oeste pelos portos marítimos do Norte. Proporcionalmente, a área de urbanismo (infra-estrutura urbana) é a que terá o maior crescimento em investimentos, passando de R\$ 13,1 milhões para R\$ 283,7 milhões.

Jatene defende cobrança de diárias pelos hospitais universitários

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realizada ontem para debater o projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que possibilita aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações de conveniados a planos de saúde, o ex-ministro da Saúde e presidente do Instituto do Coração (Incor), Adib Jatene, defendeu a proposta como forma de gerar recursos para o atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Também estiveram presentes à audiência os representantes dos ministérios da Educação, José Luís Valente, e da Saúde, Renilson de Souza, além do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Jatene explicou que o Incor já adota o sistema há muitos anos e foi isso que possibilitou à instituição atingir o nível de qualidade em que se encontra, mantendo o corpo clínico bem remunerado e o hospital bem aparelhado. Jatene disse que a proposta não obriga que todos os hospitais universitários adotem o sistema, mas não tolhe aqueles que possam e queiram fazer algo. “Queremos sustentar a responsabilidade do Estado com a saúde e criar alternativa para



Jatene explicou que o Incor já adota o sistema há muitos anos

captação de recursos que tornem o hospital eficiente. A igualdade deve existir no atendimento”, afirmou o ex-ministro.

Para o relator do projeto, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), é preciso mudar o sentimento de que estão tirando do pobre para dar ao rico. Althoff acredita que, devido à experiência bem sucedida do próprio Incor, o novo sistema possibilitará melhoras no atendimento

ao paciente do SUS. O autor do projeto, Lúcio Alcântara, disse que é preciso fazer uma pergunta fundamental: “Isso vai prejudicar o paciente do SUS?”.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou ser totalmente contra o projeto e que é “inadmissível” abrir mão de um único leito público em favor de quem tem condições de pagar por um plano de saúde, pois se estaria tirando de um miserável, cuja única referência é o hospital público. Heloísa lembrou que já existe a possibilidade de um hospital público ser ressarcido pelo atendimento de um paciente conveniado a plano de saúde privado.

A CAS aprovou ontem requerimento do senador Lúcio Alcântara que convoca audiência pública para debater projeto que institui o trabalho voluntário para estudantes inadimplentes com o Programa de Crédito Educativo. Na mesma reunião, aprovou emenda de Heloísa Helena ao projeto que trata dos planos de benefícios da Previdência, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma e parecer favorável a projeto de Tião Viana (PT-AC), que institui o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B.

Arruda cumprimenta novo líder da Igreja Messiânica

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) registrou ontem a condução de Tetsuo Watanabe, presidente da Igreja Messiânica Mundial do Brasil, à presidência mundial da igreja. A solenidade será realizada no próximo dia 1º de abril, em Atami (Japão).

Ao cumprimentar o líder religioso pela promoção ao cargo mais elevado das organizações messiânicas, o senador salientou que Watanabe é “brasileiro por opção”, tendo chegado ao país na década de 60. Em 1969, continuou o senador, Watanabe fundou a primeira sede messiânica, no Rio de Janeiro, a partir

da qual expandiu a igreja em todo o país. Presidente da seção brasileira desde 1976, ele também instituiu a Fundação Mokiti Okada, braço cultural, assistencial, científico e educacional do movimento messiânico, com reconhecidos serviços prestados em agricultura orgânica e em arte e cultura.



José Roberto Arruda

Brasiliense ganha prêmio gráfico

Por oito votos a dois, a Confederação Latino-Americana de Indústria Gráfica (Colatingraf), em sua 60ª Assembléia Geral, escolheu o empresário brasiliense Lourival Novaes Dantas como Líder Gráfico das Américas Ano 2000. O registro foi feito pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). O prêmio, criado pela *Print Association of Florida*, condecora dois empresários a cada ano e será entregue a Lourival Dantas em janeiro de

2001, em Miami, informou o senador. Para Arruda, o prêmio representa uma homenagem ao empresariado brasiliense através de um de seus nomes mais proeminentes. Lourival Dantas exerce a função de primeiro-secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e preside os conselhos regionais do Sesi e Senai, a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), a Gráfica Ipiranga e a Web Editora.

Lauro Campos diz que mínimo de R\$ 150 é imposição do FMI

O senador Lauro Campos (PT-DF) classificou como "economicídio" um salário mínimo de R\$ 150, que, afirmou, "certamente está sendo imposto pelo FMI e sua política neoliberal para países endividados". Essa política, na avaliação do senador, é sinônimo de crise, cujo sintoma é a deflação decorrente da estratégia de reduzir a demanda efetiva, aumentar impostos e preços das tarifas públicas e de mercadorias importadas.

Na análise do senador, o governo "agiu



Lauro Campos aponta "economicídio"

criminosamente" ao aceitar as condições estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para ter acesso a um empréstimo de US\$ 41 bilhões, "liberado a contagotas". Essa decisão significou, na prática, que o governo brasileiro abriu mão do controle sobre as contas nacionais, disse. Assim, hoje é o FMI que define qual deverá ser o superávit comercial, o superávit primário do Orçamento, o nível da demanda efetiva e a taxa de juros, entre outras importantes variáveis da economia nacional.

Luiz Pontes registra os 27 anos da Universidade de Fortaleza

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) parabenizou o empresário Edson Queiroz pelos 27 anos da Universidade de Fortaleza (Unifor). Para ele, a instituição é "um empreendimento educacional que tem contribuído para o desenvolvimento do ensino universitário no Ceará".

Com mais de 30 mil profissionais formados em 23 cursos de graduação e 65 de pós-graduação, a Unifor



Luiz Pontes cumprimenta empresário

tem 12.200 alunos na graduação e 800 na pós, e 789 professores, conforme dados apresentados pelo senador.

A partir de maio, acrescentou Pontes, a Unifor oferecerá o primeiro curso de doutorado em Direito do Ceará, em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco, e ainda no primeiro semestre, em parceria com a Universidade de São Paulo, o mestrado em Contabilidade.

O senador José Jorge (PFL-PE), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de projeto de lei que prorroga o prazo de isenção do IPI

dos bens de informática e automação fabricados no Brasil, fala sobre o tema em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje às 3h30, 7h30 e 14h.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 — Senado em Pauta
1h — Cidadania: O senador Mozarildo Cavalcanti e o reitor Guy Capdeville, da Universidade Católica de Brasília, falam sobre o ensino superior
1h55 — Senado em Pauta
2h — Unip: Projeto Genoma 1ª parte
2h25 — Senado em Pauta
2h30 — Jornal do Senado
2h55 — Senado em Pauta
3h — Cores do Brasil: Turismo em Sergipe
3h30 — Entrevista: O senador José Jorge fala sobre o incentivo à informática
3h55 — Senado em Pauta
4h — Jornal do Senado
4h30 — Unip: Projeto Genoma 1ª parte
4h55 — Senado em Pauta
5h — TV Escola — Paisagens Brasileiras: São Luís do Maranhão
5h30 — Cores do Brasil: Turismo em Alagoas
5h55 — Senado em Pauta
6h — Unip: Projeto Genoma 1ª parte
6h30 — Cidadania: O senador Mozarildo Cavalcanti e o reitor Guy Capdeville, da Universidade Católica de Brasília, falam sobre o ensino superior
7h25 — Senado em Pauta
7h30 — Entrevista: O senador José Jorge fala sobre o incentivo à informática
8h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — TV Escola — Paisagens Brasileiras: São Luís do

Maranhão
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cores do Brasil: Pirenópolis
9h30 — Comissão de Infra-Estrutura (vivo)
10h — Sessão Plenária (vivo)
14h — Entrevista: O senador José Jorge fala sobre o incentivo à informática
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após — Comissão dos Bingos (gravado)
21h — Jornal do Senado
21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

Sarney defende aproximação entre Mercosul e União Européia

Presidente da CRE considera o momento atual adequado para promover o estreitamento de relações entre os dois blocos econômicos

A aproximação entre o Mercosul e a União Européia foi apontada ontem pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador José Sarney (PMDB-AP), como o caminho mais adequado para que os países da América do Sul tenham uma alternativa à atração exercida pelos Estados Unidos.

"O estreitamento de nossas relações poderá equilibrar a força de gravitação da poderosa economia norte-americana", disse Sarney ao comissário de Comércio da União Européia, Pascal Lamy, durante encontro realizado no Salão Nobre do Senado. "Isto não significa nenhum processo de exclusão, mas necessidade de evitar a satelitização e buscar o equilíbrio na nossa inserção no processo de globalização", explicou.

"Nós também preferimos o charme de um mundo multipolar à dependência da satelitização", respondeu Lamy. O comissário lembrou que os maiores progressos obtidos no processo de integração europeia foram marcados por uma forte vontade política e pelo crescimento econômico. Essas mesmas condições podem fortalecer a aproximação entre o Mercosul e a União Européia, opinou.

Sarney disse que também considera o



Acompanhado de seis senadores, no Salão Nobre, Sarney recebe o comissário de Comércio da União Européia, Pascal Lamy, com quem discute a aproximação dos dois blocos

momento adequado para promover a aproximação entre os dois blocos econômicos, uma vez que o Brasil vem conseguindo superar os efeitos da crise cambial ocorrida no ano passado e tem condições de obter "crescimento constante" nesta década. Registrou, porém, o desequilíbrio no comércio entre o Brasil e a União Européia. Desde a implantação do Mercosul, recordou, as exportações europeias para o Brasil cresceram 180%, enquanto o aumento no fluxo das vendas brasileiras limitou-se a 50%.

O presidente da CRE observou que a consolidação do Mercosul é um objetivo

unânime entre os políticos brasileiros, e previu que a próxima adesão do Chile seria mais um passo para a inclusão no bloco de todos os países da América do Sul. Para Sarney, as distintas realidades da América do Norte, da América Central e da América do Sul tornam "absolutamente fora da realidade a idéia da América como um continente único".

Também participaram do encontro os senadores Pedro Piva (PSDB-SP), Agnelo Alves (PMDB-RN), Emilia Fernandes (PDT-RS), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

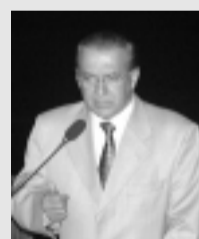
Valadares: antecipação de royalties deve ser submetida ao Senado

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem que apresentará projeto para explicitar, na Resolução nº 78, que a proibição de estados, municípios e Distrito Federal anteciparem receitas inclui os royalties pagos pela Petrobras aos estados em que explora petróleo. Ele tomou a decisão devido à aprovação, pela Assembleia Legislativa de Sergipe, de projeto garantindo a antecipação.

Valadares informou que no dia 29 de dezembro, "por 13 votos favoráveis e dez ou 11" contrários, o governador Albano Franco conseguiu aprovar projeto assegurando a antecipação de 18 anos das receitas estaduais em royalties da Petrobras. A decisão, na opinião do senador, viola legislação que obrigaria o estado a submeter a antecipação de receitas à Comissão de Assuntos Econômicos e ao Plenário do Senado.

Segundo Valadares, o governador já empenhou esses recursos para serem gastos em sua administração. Ele acrescentou que o fato de os recursos serem destinados, segundo o governador, ao fundo de aposentadoria dos servidores estaduais não implica ignorar a Resolução nº 78.

Em aparte, José Eduardo Dutra (PT-SE) também afirmou, sem entrar no mérito da questão, que a decisão deveria ter sido submetida ao exame do Banco Central e do Senado.



Valadares considera ilegal a decisão de Sergipe

Suplicy questiona renegociação da dívida de São Paulo

Ao questionar os termos do acordo de refinanciamento da dívida da prefeitura de São Paulo, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que há aspectos da amortização inicial de 20% que, se não puderem ser cumpridos, comprometerão as contas da próxima administração municipal. A renegociação diz respeito a dívidas de R\$ 10,5 bilhões.

Suplicy informou que a candidata do PT à prefeitura, Martha Suplicy, tem intenção de procurar o ministro da Fazenda, Pedro Malan — que assinou o acordo com o prefeito Celso Pitta —, para pedir esclarecimentos sobre os percentuais de comprometimento da arrecadação da prefeitura. "Seria bom que todos os candidatos participassem da audiência", ponderou.

O senador lembrou a necessidade de aprovação pelo Senado para que o acordo entre em vigor, observando que o relator da proposta, senador Romero Jucá (PSDB-RR), já anunciou sua intenção de examinar as peculiaridades da dívida, desde a regularidade da emissão de títulos para pagamento dos precatórios até a destinação final desses títulos. "Os senadores precisam examinar muito bem essa questão antes de votar o acordo", advertiu.



Suplicy alerta para comprometimento das contas



Roberto Requião espera que Ministério Público apure todas as denúncias

Requião vê governo do PR envolvido com narcotráfico

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) acusou ontem o governo paranaense de envolvimento com o narcotráfico. "O governo do Paraná está imerso até o pescoço no pó branco da cocaína", afirmou em Plenário. Segundo o senador, foi o narcotráfico que financiou a campanha eleitoral do governador Jaime Lerner. "Ele usou, seguidamente, o dinheiro, os aviões a jato e o helicóptero do chefe da quadrilha no estado, o notório traficante Isan", frisou o senador.

Requião afirmou não acreditar que Jaime Lerner seja um traficante. Disse, porém, que o governador permitiu o envolvimento do governo com o crime organizado. "Conheço bem o governador e, por ser frouxo e leniente, ele permitiu que as quadrilhas de narcotraficantes se envolvessem na polícia estadual e em outras esferas do governo."

O Ministério Público tem, na opinião de Requião, obrigação de apurar exemplarmente suas denúncias de envolvimento do governo do Paraná no tráfico de drogas, assim como as levantadas pela CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados. "Quando a CPI chegou ao estado, a casa caiu. O chefe de polícia fugiu da comissão e teve a prisão preventiva decretada. Com ele, mais 14 figuras e, no olho desse furacão, Lerner foi passar dez dias nos Estados Unidos", relatou.

Requião não acredita que a "comissão de alto nível" nomeada por Lerner para apurar as denúncias consiga fazê-lo, dado o envolvimento de esferas do governo com o tráfico de entorpecentes. O senador se colocou à disposição de Jaime Lerner para debater, no rádio ou na televisão, os crimes e a omissão de seu governo. "Vou repetir que o narcotráfico pagou sua campanha eleitoral. E que o crime, o tráfico de drogas e o desmanche de veículos estão estatizados no estado, em função da covardia do governador Jaime Lerner", disse.

Cabral repudia idéia de separar o Sul do Norte

Senador lembra que grande riqueza da Amazônia é a água doce e cobra implantação de uma política nacional de recursos hídricos

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) repudiou com veemência, em discurso, as afirmações do historiador americano David Landes à revista *Veja* desta semana, nas quais ele sustenta que, se a região Sul do Brasil se separasse do Norte, "teria boas chances de alcançar os países mais avançados".

"É mais um que chega sorrateiramente e sugere a separação brasileira, talvez lembrando dos episódios sangrentos da Guerra de Secessão do seu país", lamentou. O norte-americano disse ainda que, se vivesse em São Paulo, não se preocuparia muito com o destino do Amazonas, pois "minerais e madeira podem ser comprados". O senador pelo Amazonas manifestou sua "total repulsa" às idéias do historiador, observando que a grande riqueza da região amazônica é, na verdade, seu volume de água doce.

Depois de lembrar que transcorreu ontem o Dia Mundial da Água, Bernardo Cabral informou que será realizado nos próximos dias 28 e 29, no Senado, por iniciativa do senador Paulo Souto (PFL-BA) e sob a presidência da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), o seminário "Água 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento", como programação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Cabral registrou ainda que, enquanto o Senado não vota o projeto que cria a Agência Nacional de Águas, há um vazio institucional no governo federal, pois caberá a este órgão a implementação



Cabral: sem agência de águas, há um vazio institucional no setor

da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O senador é relator do projeto da agência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em apartes, os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), Tião Viana (PT-AC), Heloísa Helena (PT-AL), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Emília Fernandes apoiaram Bernardo Cabral em suas preocupações sobre o uso da água no país. Heloísa Helena e Valadares afirmaram, inclusive, que a água da região amazônica será importante, no futuro, para abastecer o Nordeste.

Marina: falta de cuidado com a água será fatal

Uma série de dados apresentados por especialistas no Fórum Mundial sobre Água, em Haia, recomenda, na opinião de Marina Silva (PT-AC), que o modo como a Humanidade trata a água seja profundamente modificado. A água e o ar, como bens de uso comum e de livre acesso, têm sido vistos como inesgotáveis, "uma verdadeira e abundante dádiva do céu", afirmou.

Para Marina Silva, "há um certo desresponsabilizar-se em relação ao que é



Para Marina, dados do Fórum de Haia são uma advertência importante

de uso de todos", mas os dados mundiais quanto à distribuição do acesso à água demonstram o quanto a falta de cuidado com bens comuns é fatal.

Um em cada cinco habitantes – ou 1,2 bilhão de pessoas do planeta – não tem acesso à água potável, informou a senadora, enquanto um em cada dois – ou 3 bilhões de pessoas – não dispõe de saneamento básico. Este quadro, informou Marina, resulta na morte de 3,4 milhões de pessoas ao ano por causa de doenças originadas

de água contaminada.

A previsão dos especialistas do Fórum Mundial é que, em 2025, o mundo terá 8 bilhões de habitantes, 60% deles moradores de cidades, de modo que 3 bilhões terão menos de 1.700 metros cúbicos de água por ano, quantidade considerada pela ONU como o limite de alerta.

Ao invés da abundância imaginada pela Humanidade, Marina salientou que 97,5% da água do mundo é salgada, imprópria para consumo, sendo que, dos 2,5% restantes, apenas 0,1% pode ser considerado recurso de água doce facilmente utilizável: 1,6% é de água gelada e 0,9% de difícil acesso.

Viana alerta para risco de privatizar saneamento

Ao registrar a passagem do Dia Mundial da Água, o senador Tião Viana (PT-AC) alertou para a importância estratégica dos recursos hídricos para o mundo, especialmente para o Brasil, que detém 88% das reservas de água mineral do planeta. Ele ressaltou a luta desenvolvida há anos pelo senador Bernardo Cabral por uma política para a água. Tião Viana sugeriu que os gestores públicos reflitam clara e objetivamente sobre a possibilidade de privatização das companhias estaduais e municipais de saneamento básico.

Tião Viana citou artigos publicados na imprensa sobre o tema, entre eles um do ministro da Saúde, José Serra, que se posiciona contrariamente à privatização das empresas de saneamento básico e garante que a posição do governo é a mesma. O senador citou, em seguida,

artigo do presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carrazzi, favorável à privatização do setor.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou a diferença entre a privatização de empresas de telefonia e de petróleo e a de empresas de saneamento básico, e lembrou que a iniciativa privada é atraída pelo lucro. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) manifestou-se contrário à privatização do setor e lembrou já ter apresentado projeto de lei que prevê, no caso das empresas serem mesmo privatizadas, a garantia da preservação das tarifas sociais para a população de baixa renda.



Viana afirma que água tem importância estratégica para o mundo

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o Brasil está vivendo um "modismo da privatização" e os vários governos querem resolver todas as dívidas "mal contraídas para o jogo eleitoral, vendendo o nosso patrimônio". O senador afirmou não admitir que um serviço essencial como o saneamento não esteja sob o controle do poder público. O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) disse que este é um tema sério que está sendo pouco debatido no Brasil e apoiou o projeto de Geraldo Melo como instrumento de proteção da população de baixa renda.

Amorim acusa Basa de só investir no setor financeiro

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) manifestou indignação diante dos critérios usados pelo Banco da Amazônia (Basa) para investir os recursos do Fundo Constitucional do Norte

(FNO). "Ao invés de financiar a produção, o Basa prefere investir no sistema financeiro, em que os lucros são maiores e os riscos, menores", garantiu.

Amorim anunciou a convocação da presidente do Basa, Flora Valadares, e do diretor de Crédito, José Virgulino, para deporem na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. "Queremos saber por que o Basa não solta dinheiro para Rondônia. Os recursos do FNO não são do banco, que só repassa as verbas. Como sua sede é em Belém, os financiamentos contemplam quase exclusivamente o Pará", reclamou.

Rocha quer recursos para servidores de ex-territórios

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) conclamou os deputados e senadores da região Norte a comparecerem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na manhã de hoje, para votar o destaque que pode destinar R\$ 26 milhões ao pagamento de despesas médico-odontológicas dos servidores dos ex-territórios. Explicou que o relator do projeto orçamentário não concordou com a emenda e a única alternativa é tentar aprová-la em votação de destaque.

Rocha informou que a oposição votou ontem contra o relatório geral do Orçamento em função de "algumas inconstitucionalidades". Além disso, tradicionalmente a oposição vota contra o projeto orçamentário num protesto pelo "total descumprimento, por parte do Executivo, do Orçamento que sai do Congresso".



Amorim anunciou a convocação de dirigentes do Basa



Sebastião Rocha vê falhas no relatório do Orçamento